

GUINÉ BISSAU 1973-2005: *uma análise sobre a relação*
civil-militar no processo de transição política

Roberto Sousa Cordeiro¹

“A saúde de uma sociedade democrática pode ser medida pela qualidade do desempenho dos seus cidadãos”.

(Aléxis Tocqueville).

1. INTRODUÇÃO

O processo de democratização da Guiné Bissau aconteceu de forma constrangida e precipitada, porque não teve planejamentos que fossem capazes de moldar a relação civil-militar e evitar problemas que causam no momento vários conflitos armados, tensões políticas e sociais em pleno processo democrático.

O fim da colonização, em 1973, marca o início da independência da Guiné Bissau conquistada após dez anos da luta armada liderada por Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Também constitui o início de uma nova etapa da repressão do regime autoritário que se deu aproximadamente em duas décadas: de 1973 a um novo período da abertura política democrática em 1990, que pressupõe um espaço à democracia formal na Guiné Bissau e a realização das primeiras eleições presidencial e legislativa em 1994.

A luta pela independência foi conquistada graças ao importante desempenho das Forças Armadas (FA), que foram instrumento da libertação do povo guineense. Por isso, a sua influência política está enraizada desde o início do surgimento da República, já que são consideradas a origem do Estado da Guiné Bissau, e assumem constitucionalmente o papel do restabelecimento da ordem e do controle nacional.

Essa influência das FA durante a luta pela independência levou Guiné Bissau à experiência do primeiro golpe de Estado em 1980, liderado por General João Bernardo

¹ Graduando do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Brasil. Membro do Núcleo de Estudos Brasil – África (NEBA), da mesma universidade.

* E. mail: rsousacordeiro@gmail.com ou rsousacordeiro@yahoo.com.br

Vieira, o qual derrubou Luís Cabral e assumiu a presidência da nova etapa do regime autoritário. Enfoque sobre como aconteceu o primeiro golpe de Estado após a independência e aquele que derrubou o próprio presidente João Bernardo Vieira depois da abertura política, serão abordados detalhadamente no desenvolvimento deste trabalho.

A transição do regime autoritário para a democracia na Guiné Bissau, a partir do início da década supracitada, não conseguiu enfrentar os principais desafios do processo democrático e das suas regras do jogo: respeito aos direitos humanos, desenvolvimento humano, crescimento econômico, segurança pública, etc. Isso nos leva a classificá-la como uma “transição incompleta”.

A razão disso tem relação com a vulnerabilidade das instituições políticas e falta de capacidade do governo em controlar as FA, o que resultou nos sucessivos golpes de estado, quedas dos presidentes e de governos eleitos democraticamente.

Desse modo, a Guiné Bissau, como Stepan (1975) observa em relação ao caso de Venezuela antes de 1964, pode ser citada, também, como um caso clássico de “militarismo”, pois, a partir de 1994, início das primeiras eleições presidencial e legislativa, nenhum presidente e governo democraticamente eleito chegou ao fim de seu mandato.

O presente trabalho visa a fazer um estudo analítico sobre os dois períodos em Guiné Bissau – autoritário e democrático, com ênfase sobre a relação civil-militar, tentando responder como essa relação tem sido uma ameaça ao próprio processo da transição democrática e traçar os fatores externos e internos que influenciaram a transição para a democracia. Ademais, busca perceber o porquê da influência das FA em relação à política doméstica e porque elas agem como salvadores da pátria nos momentos da instabilidade política. Tenta explicar, também, o significado do regime autoritário e da democracia representativa e como esse sistema de representatividade tem sido adotado e violado com derrubos dos governos e presidentes após a abertura política democrática.

Portanto, com base nos objetivos traçados, este trabalho busca responder seguintes indagações: Como os civis e militares se comportam ou se relacionam em relação ao controle do poder político perante o processo de transição política? Como se deu o processo de transição política na Guiné Bissau? Por que a relação civil-militar em Guiné Bissau tem sido uma ameaça ao processo da transição política?

2. A TRANSIÇÃO PARA O GOVERNO CIVIL DEMOCRÁTICO

Com a independência unilateral conquistada após dez anos da luta armada, em 1973, reconhecida um ano mais tarde pelo governo português, quando o regime da ditadura do governo de Marcelo Caetano foi deposto pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), em 25 de Abril de 1974, isto é, com a “Revolução dos Cravos” em Portugal, antes de Guiné Bissau aceitar o desafio da transição para a democracia, passou pelas experiências políticas da ditadura durante um período de “autoritarismo burocrático” do PAIGC, que durou aproximadamente duas décadas (1973-1990).

Sendo assim, a cultura autoritária colonialista, criticada e contestada pelo próprio PAIGC durante e após a luta armada foi mantida em outras formas pelos seus sucessivos governos, o que demonstra contradição com os ideais da luta armada, pois durante o regime autoritário, este partido tem perseguido e executado várias personalidades políticas no país.

O regime autoritário pode ser classificado como um sistema de Estado, no qual os indivíduos são limitados em relação aos determinados direitos – liberdade de expressão, sufrágio universal, associação, sindicalização, entre outros. Na maioria dos casos, é um tipo de ação do Estado militarista em que, de forma predominante, a tutela militar é visivelmente vigente no sistema administrativo.

O fim da colonização em 1973, como enfatizei na introdução, não apenas marcou o início da independência da Guiné Bissau conquistada por meio de longos anos da luta armada liderada por Amílcar Cabral, fundador do PAIGC, mas também constituiu o início de uma nova etapa da repressão do regime autoritário que se deu aproximadamente em duas décadas: de 1973 a 1990. A partir daí inicia-se um período de abertura que pressupõe um espaço à democracia representativa e/ou formal na Guiné Bissau, com a emenda do artigo 4º da constituição e a realização das primeiras eleições presidencial e legislativa em 1994.

A democracia representativa pressupõe a idéia da presença dos direitos políticos dos cidadãos, isto é, a existência da liberdade de escolha de representantes do povo por meio de sufrágio e ampla liberdade de expressão e associação. Este sistema de representatividade, adotado no início da década de 1990, tem sido ameaçado pelos constantes conflitos de cunho político/étnico e pelo elevado nível de autonomia das Forças Armadas em relação às decisões políticas.

O sistema de representatividade não conseguiu frear as Forças Armadas guineenses em relação ao assunto político, porque, historicamente, elas desempenharam um papel extremamente importante no que diz respeito à luta pela independência da Guiné Bissau, libertando-a da escravatura imposta pela colonização portuguesa, dos massacres, da monopolização política e econômica enraizada por Portugal durante longos séculos da colonização.

A luta armada pela independência da Guiné Bissau, por um lado, permitiu uma base forte da relação amistosa entre os civis e militares no que refere à política revolucionária para a libertação deste país tendo em vista a abolição da escravatura e da cultura autoritária colonialista; por outro, facilitou uma alta autonomia política das Forças Armadas nos dois períodos: autoritário e democrático. Esta autonomia, facilitada e vigente em pleno sistema da democracia formal, seria a origem de várias contestações dos militares na Guiné Bissau, “ajuste de contas”, assassinatos e sucessivos golpes de Estado após a abertura política democrática.

A relação civil-militar na Guiné Bissau está enraizada na luta pela independência deste país, tendo como objetivo derrubar o poderio militar português e permitir uma vida básica e condigna para toda a população, principalmente a do campo, considerada motor principal para a independência do país, uma vez que a vitória da luta armada foi alcançada graças ao desempenho e apoio total da população camponesa.

Mas a instabilidade política, crise econômica, repressão, entre outros fenômenos durante a era de Luís Cabral motivaram o interesse castrense em assumir o poder e levaram o país à experiência do primeiro golpe de Estado liderado por General João Bernardo Vieira (Nino), em 1980, o qual assumiu a presidência da República durante o período do regime autoritário burocrático, que se deu a partir da década de 80 do passado século até a de 90, início da transição política de autoritarismo para a democracia.

Assim, esse primeiro golpe de Estado, derrubou o primeiro presidente, Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral (assassinado após a luta armada em Guiné Konacre, país vizinho da Guiné Bissau), abriu caminho à nova etapa de autoritarismo e pôs fim a uma boa relação diplomática entre a Guiné Bissau e Cabo Verde, justamente porque Luís Cabral é da descendência caboverdiana. Com isso, o PAIGC do Cabo Verde

passou a ser denominado PAICV, isto é, Partido Africano para Independência de Cabo Verde.

Vale a pena ressaltar que João Bernardo Vieira, o então primeiro ministro na era do presidente Luís Cabral, é militar e foi bastante respeitado por ser influente guerreiro durante a luta pela independência na frente sul da Guiné Bissau. Com a sua subida ao poder a partir do golpe de estado de 1980, várias personalidades políticas foram perseguidas, torturadas e assassinadas no país².

As perseguições e assassinatos, a partir da década de 1980, que atingiram mais os elementos da “etnia Balanta”, culminaram nos conflitos políticos de cunho étnico em relação ao poder, que podem ser considerados como um dos fatores do processo de transição política à democracia, na medida em que tais conflitos levam Guiné Bissau à necessidade de encarar e/ou enfrentar o desafio da transição política, devido as pressões internas e externas.

Análise detalhada tecida em torno do período da colonização até o de autoritarismo visa, por um lado, a mostrar como surgiu o Estado da Guiné Bissau, e, por outro, como as Forças Armadas guineenses surgiram através da formação do PAIGC em 1956, como forma de combater a colonização permitindo direito à liberdade política, econômica e cultural ao povo da Guiné Bissau e Cabo Verde.

Mas o principal foco de análise deste trabalho não é o período da colonização, mas os dois períodos seguintes: (autoritário e democrático), com ênfase sobre relação civil-militar, tentando responder como é que essa relação tem sido uma ameaça ao próprio processo da transição democrática. Ainda assim, uma rápida análise em torno do período da colonização e do surgimento do Estado da Guiné Bissau nos ofereça um leque de motivos para perceber as seguintes indagações: Por que da tanta influência e a autonomia das Forças Armadas em relação à política doméstica? Por que a sua importante contribuição para surgimento da República da Guiné Bissau sedimenta a sua prerrogativa em relação à decisão política? Por que do elevado nível de contestação das FA em relação às ordens civis no processo da transição política democrática?

² Um dos casos de torturas e assassinatos que mais mexeu com a comunidade internacional e nacional foi execução brutal de umas das figuras importantes do PAIGC nessa década de 1980, entre os quais, o então primeiro ministro Paulo Correia e o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Viriato Pã, ambos acusados de uma tentativa de golpe de estado.

Estas questões foram construídas a partir de uma reflexão sobre os dois períodos históricos e políticos na Guiné Bissau: autoritário e democrático, sobre as quais direcionaremos as nossas discussões teóricas.

Depois da independência conquistada em 1973, como observa Cardoso (1996), a partir dos anos de 1980, Guiné Bissau e alguns africanos como Gana, Senegal, Costa de Marfim, etc., vinham mergulhando numa profunda crise econômica bastante preocupante para os então regimes autoritários nesses países.

Alguns governos africanos nessa década de 1980 vinham tendo a conclusão de que o próprio sistema do regime autoritário do partido único, isto é, da ausência do sistema multipartidário tinha sido uma das principais causas da degradação econômica ao longo dos anos após a independência. Sendo assim, nesse contexto da desastrosa crise política e econômica após a independência, surgiu a necessidade de aceitar o desafio da transição política à democracia.

Essa tentativa da superação da crise econômica apelando às ajudas dos principais organismos financeiros internacionais – FMI e Banco Mundial vem merecendo atenção dos autores como Carlos Cardoso, Lars Rudebeck, Johannes Augel, entre outros, como uma das principais causas do processo das profundas mudanças políticas, i.e., do processo da democratização na Guiné Bissau. Isso porque, a partir da década de 1980, a implementação do regime democrático e do respeito aos direitos humanos passaram a ser condições *sine qua non* para possíveis envios de verbas aos países em vias do desenvolvimento.

As pressões externas e internas culminaram com as alterações da legislação constitucional no mês do maio de 1991, permitindo a formação e legalização dos partidos políticos. Uma das alterações foi no artigo 4º da antiga constituição, que permitia ao PAIGC o direito de ser partido único, foi emendado, garantindo o direito da formação dos partidos políticos. Analogamente, foi também introduzida uma garantia constitucional de liberdade de imprensa, entre outros artigos.

Assim, a Guiné Bissau, por ser um dos países vulneráveis em termo de recursos econômicos, tinha que forçosa e precocemente aceitar os desafios da transição política sem profunda participação significativa da sociedade civil, do processo da alfabetização e da conscientização da população em matéria da democracia, de limitar, por meio da constituição, a atuação das Forças Armadas em relação às ordens internas.

Se todos esses atributos fossem bem planejados, teríamos, no momento, controle civil democrático sobre as Forças Armadas e uma transição política mais sólida.

Fato como esse, como aconteceu em alguns países em vias de desenvolvimento, nos leva à constatação de que o processo da democratização na Guiné Bissau teve o seu início de cima para baixo. Dessa maneira, é bem provável que uma democracia venha sendo golpeada e fragilmente classificada, com ocorrências de golpes de Estado e das violações dos direitos humanos quando a sociedade civil não tem tido como uma das partes mais significativas nesse processo da democratização.

Por isso após as primeiras eleições legislativas e presidenciais em 1994, nas quais o PAIGC e o seu presidente João Bernardo Vieira saíram vencedores, Guiné Bissau continua se deparando com atitudes contrárias à democracia, fragilidades institucionais e presença do legado autoritário. O mesmo elenco do regime autoritário continua firme no poder depois das primeiras eleições legislativas. O próprio referido presidente da República é o militar de grande prestígio durante a luta armada pela independência nacional.

Essa influência do legado autoritário no processo da transição política da Guiné Bissau, das fragilidades institucionais revelam sinais das incertezas da nossa jovem democracia. Essas incertezas se manifestaram visivelmente em Junho de 1998, através da guerra civil, que culminou com o primeiro golpe de Estado³ levado ao cabo logo após a abertura política democrática. A origem da guerra civil de 1998, por um lado, tem a ver com a fragilidade das instituições; por outro, o próprio interesse castrense dos líderes da “Junta Militar” estava em causa. Assim, os militares aproveitaram a profunda fragilidade das instituições para justificar o motivo da guerra civil, o que fez com que 90% das populações, corajosamente, prestasse total apoio aos conspiradores.

À guisa do exemplo, o primeiro discurso do líder da “Junta Militar”, Brigadeiro Ansumane Mané, alguns dias após o início da guerra, deu a impressão de que ele tinha começado a Guerra por ter sido desrespeitado pelo Presidente da República, ou seja, por causa da sua briga pessoal com o presidente. Só após alguns meses da guerra civil,

³ No dia 7 de Junho de 1998, um grupo de militares denominados “Junta Militar” se mobilizou e deu início à guerra civil que após um ano levou ao derrube do governo do PAIGC e do presidente João Bernardo Vieira.

quando a “Junta Militar” começou tendo apoio dos alguns políticos, entre os quais Francisco José Fadul, Silvestre Alves, entre outros, é que a finalidade da guerra passou a ser justificada como forma de possibilitar a consolidação das instituições e procurar a “justiça social”.

Assim, após um contexto autoritário de duas décadas, a Guiné Bissau lançou-se num processo de transição política do único partido para multipartidarismo na década de 90 do passado século. Analogamente, uma boa parte dos países da língua oficial portuguesa e da África Ocidental passou por mesmo processo de democratização entre as décadas de 80 e 90, que Huntington (1994), chama de “terceira onda de democratização”. Muitos países que fazem parte dessa terceira onda de transição, como ressalta Huntington (1994), enfrentam sérios problemas para consolidação da democracia, por experimentarem tardiamente esse fenômeno.

Concordando com os estudiosos da democracia africana, as transformações políticas do início dessas décadas acima referidas não corresponderam em tantos países africanos com as expectativas despertadas. Porque não foram raros os casos em que os governantes democraticamente eleitos agiram de forma tão arbitrária como nos regimes autoritários recém-dissolvidos pela transição democrática, nem raros os casos em que esses governantes eleitos foram depostos através de seguidos golpes de Estado.

Questões contraditórias à democracia como essas, acontecem, sobretudo, em Guiné-Bissau, o que significa “frágil democracia”, para usar o termo de Zaverucha (2000), e ameaça ao princípio dos direitos humanos, e nos lembra de aquilo que Huntington (1994) chama de “reversão autoritária”.

2. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE CONTROLE CIVIL DEMOCRÁTICO E TUTELA MILITAR

“Os militares mostram-se dispostos a aceitar a subordinação ao poder civil somente quando seus interesses não são contrariados”.

(Zaverucha).

A literatura sobre a relação civil-militar e a transição do regime autoritário para a democracia em relação aos contextos como Brasil, Argentina, Espanha, Portugal, Grécia, entre outros países é evidentemente ampla. Identificando as diferenças entre

regimes autoritários e significação de tais diferenças para o processo da democratização é possível deparar-se com certas conformidades e diferenças teóricas vis-a-vis às discussões tecidas pelos autores sobre as mudanças dos regimes autoritários.

Mas, em relação à realidade guineense, carece-se da literatura internacional, principalmente em matéria da relação civil-militar, embora alguns autores nacionais e internacionais como Carlos Cardoso, Johannes Augel, Fafali Koudawo, Peter Caribe Mende, Lars Rudebeck debruçem-se, minuciosamente, sobre o processo de transição política desse pequeno país da costa ocidental da África tendo um olhar mais precisamente sobre os fatores externos que levaram o declínio do regime autoritário e início do processo da transição política na década de 1990. “Embora as influências externas muitas vezes tenham sido causas significativas das democratizações da terceira onda, os processos em si foram predominantemente internos” (HUNTINGTON, 1994, p.118).

Assim sendo, em virtude da semelhança teórica e importantes contribuições das abordagens para a compreensão da relação civil-militar e do processo da transição dos regimes autoritários para a democracia, serão tecidas as discussões dos autores como Alfred Stepan, Jorge Zaverucha, Samuel Huntington, Guillermo O’Donnel e Adam Przeworski para o desfecho do presente objeto do estudo, buscando fundamentalmente, por um lado, analisar se realmente há um controle civil democrático sobre os militares ou tutela militar na Guiné Bissau, e, por outro lado, analisar como é que se deu o processo da transição política autoritária à democracia. Alfred Stepan (1975, p.46) mostra que:

“Um aspecto fundamental do relacionamento civil-militar é a tensão potencial que se manifesta diante de uma dupla necessidade dos governantes políticos civis: de um lado, manter uma Força Armada como instrumento da política e da ordem e, de outro, garantir que o poder militar não usurpe o poder político”.

Esta tensão, insiste Stepan (1975, p.46), tem sido resolvida de modo diferente em diferentes países. Mas o caso da Guiné Bissau está ainda longe de equilibrar esta tensão, e, muito menos, conseguir estabelecer um controle civil democrático sobre os militares. Isso porque, as Forças Armadas, embora sejam, segundo o “modelo liberal”, consideradas como um instrumento apolítico e/ou apartidário, continuam sendo politicamente influentes em relação à política doméstica guineense e exercendo a

função da ordem interna, de modos que, depois da abertura política democrática, nenhum governo ou presidente eleitos conseguiu garantir que o poder militar não usurpasse o poder civil político. Isso se justifica nos sucessivos golpes de Estado na Guiné Bissau.

Assim, Stepan (1975, p. 46) apresenta, significativamente, quatro modelos distintos ou tipos ideais do relacionamento civil-militar: modelo aristocrático, comunista, liberal e profissional, para mostrar como os governos civis podem controlar os militares, em vez de serem controlados por estes. Segundo ele, no modelo liberal, o militar deve permanecer apolítico, este padrão de relacionamento de relação civil-militar no plano liberal tem maior probabilidade de êxito numa sociedade que disponha de instituições civis fortes e não sofra constantes ameaças externas à segurança.

É evidente que, para tentar enquadrar a Guiné Bissau dentro do modelo liberal traçado por Stepan, a relação entre civis e militares violenta a sua realidade política. “Para que se possa atribuir a um determinado país o modelo liberal de relacionamento civil-militar, são necessárias instituições civis sólidas e exige-se um esforço sistemático, por parte dos principais protagonistas políticos, a fim de manter os militares fora da política” (STEPAN, 1975, p. 49).

A Guiné Bissau, à semelhança dos casos da Espanha, Argentina e Brasil analisados por Zaverucha (1994, p.49), além de ter conhecido um longo período autoritário, experimentou um processo de transição do autoritarismo para a democracia.

Embora cada país tenha lidado com obstáculos políticos diferentes e específicos no processo da democratização, é comum, principalmente nos países que tardiamente mergulharam naquilo que Huntington (1994) chama de “processo da democratização da terceira onda”, deparar com a ausência do controle civil sobre os militares, abrangência das prerrogativas militares, nível de contestação dos militares em relação às ordens civis, e derrubes dos governos e presidentes por meio de golpes de Estado. “A importância de existir o controle civil sobre os militares reside no fato de se garantir aos governantes eleitos a efetiva capacidades de governar” (ZAVERUCHA, 2005, p. 42).

A ausência de controle civil democrático sobre os militares em Guiné Bissau justifica a incerteza da democracia representativa e certeza de que o próprio processo de transição ainda se encontra numa situação degradante e incompleta. Segundo

Przeworski (1989, p.21), a transição para a democracia estaria completa quando: 1. se estabelece o efetivo controle civil sobre os militares; 2. há uma possibilidade real de alternância partidária no poder (...).

Para Zaverucha (1994, p.9), o controle civil sobre os militares implica:

“Quando existem as autoridades constituídas (Executivo, Legislativo e Judiciário) capazes de limitar o comportamento autônomo das Forças Armadas, eliminando, por conseguinte, enclaves autoritários dentro do aparelho de Estado”.

Como adotar estas premissas numa realidade onde as influências das Forças Armadas em relação às decisões políticas estão historicamente enraizadas desde o nascimento do Estado-nação? De que forma as autoridades constituídas acima referidas podem limitar o comportamento autônomo das Forças Armadas num contexto em que nem sempre os objetivos e programas do governo são viabilizados sem de antemão serem analisados pela chefia militar?

Alfred Stepan (1988, 99-102) mostra que a análise das relações civil-militares deveria ser, principalmente, função de duas variáveis – o grau e abrangência das prerrogativas militares; e o grau e nível de contestação militar em relação às ordens civis (STEPAN apud ZAVERUCHA, 2000, p.35). As duas variáveis podem ser adaptadas para explicação da realidade da Guiné Bissau no que tange à relação civil-militar, pois é provável deparar com os dois ou mais casos: existência de alta contestação, intervenção militar no sistema político e altas prerrogativas militares.

Recente discurso do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas da Guiné Bissau, Tagmé Nawaie,⁴ é mais uma vez a prova de que a transição política democrática ainda continua à beira de ameaças das Forças Armadas, estas continuam controlando o sistema político e interferindo diretamente nos assuntos eleitorais, até mesmo a supervisionar os resultados das eleições.

Discurso como esse, e outros modos violentos de agir dos militares na Guiné Bissau, como perseguições, assassinatos, golpes de Estado são provas de

⁴ Em entrevista à lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. (31-01-2008). Chefe de Estado Maior das Forças Armadas tinha dito que jamais um político assumiria o poder na Guiné Bissau por meio das Forças Armadas, continuou lançando ultimatos para os políticos que possivelmente não estarão de acordo com resultados das eleições que terão lugar ainda no final de 2008. Quem for derrotado nas urnas, disse o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, que vá para casa sem criar desordem, caso contrário, as Forças Armadas terão respostas para os desordeiros políticos. Disponível em: <http://www.rtp.pt> . Consultado em 10/03/2008.

“militarismo”, da incapacidade dos governos civis em controlar as FA permitindo cada vez mais a tutela militar já enraizada desde o início da independência da Guiné Bissau. Ademais nos remete à idéia de que, como afirma Zaverucha (2000, p.38):

“Há uma espada de Dâmocles fardada pairando sobre a cabeça dos poderes constitucionais. Tais poderes estão sendo constitucionalmente lembrados que eles podem ir até onde as Forças Armadas acharem conveniente. Por conseguinte, em vez de tais poderes garantirem o funcionamento das FA, são elas, em última instância, que garantem o funcionamento dos referidos poderes. Afinal, elas são guardiãs da Pátria e da democracia. Em caso de conflito entre os poderes constitucionais e/ou tensões civis-políticos, os militares arbitram a resolução destas, na qualidade de poder do tipo moderador”.

A participação militar na política doméstica da Guiné Bissau, como observa Teixeira (2007, p.3), “é facilitada, em grande medida, pela conivência dos civis e vice-versa, quando os civis precisam das ações militares para se promover politicamente ou até mesmo chegar ao poder, o controle civil democrático sobre os militares deixa de fazer sentido, ou seja, deixa de ser autônomo”. Segundo ele,

“Os militares mostram-se solidários, responsáveis e obedientes com os governos civis que mantêm intactos os seus privilégios políticos, sociais e econômicos. **A lógica é simples:** os militares podem fazer tudo que eles acham conveniente aos seus interesses e manutenção de status quo da classe castrense desde que não derrube o governo civil. E, o governo civil, por seu lado, pode governar desde que não procure estabelecer o controle civil democrático sobre militares. Trata-se, portanto, de uma relação de **Mandjuas** - uma relação de pessoas da mesma sociedade, do mesmo pensamento e *modus operandis*.” (TEIXEIRA,2007,p.3)

Portanto, embora tais autores acima citados tenham traçados contextos diferentes – Espanha, Portugal, Grécia, Brasil, entre outros países da América Latina no que tange à relação civil-militar e transições do regime autoritário, existem certas conformidades operacionais teóricas entre eles, talvez, porque, modos de agir dos militares, em maioria dos casos, são da mesma natureza, e o próprio processo de transição em vários países tem ocorrido na mesma década por razões de alguns fatores idênticos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas abordagens tecidas sobre diferentes autores, este trabalho tem como escopo enriquecer as discussões teóricas e empíricas no âmbito dos estudos do

processo de transição do regime autoritário para a democracia na Guiné Bissau, isto é, processo de democratização, mais precisamente no que tange às discussões acerca da relação civil-militar, analisando quando é que um age em favor ou contra o outro.

Além de analisar, no presente trabalho, os fatores externos sobre o processo da mudança do regime na Guiné Bissau, procurei trazer, também, com base na análise das literaturas internacional e nacional, alguns fatores internos que forçaram a transição política guineense, como as contradições no seio do PAIGC e conflitos políticos de cunho étnico em relação ao poder.

De acordo com a literatura especializada, um processo de democratização pode ser dividido em três etapas – liberalização, transição e consolidação democrática. A da liberalização ocorre quando o regime autoritário começa a fragilizar e sinalizar sua intenção de realizar mudanças políticas. A transição ocorre quando novos atores políticos são incorporados ao processo de tomada de decisões visando preparar a “polis” para eleições multipartidárias. A consolidação democrática é um processo de fortalecimento de instituições e aprofundamento da cultura democrática. Esta consolidação é alcançada quando a democracia torna-se tão legítima e profunda, sendo muito improvável que venha a ser golpeada (DIAMOND apud ZAVERUCHA, 2005, p. 245).

A melhor forma de estabelecer o controle civil democrático sobre os militares é procurar efetivar a terceira fase de processo da democratização, isto é, fortalecer as instituições políticas, isto porque os militares apenas procuram manter o controle sobre as instituições políticas democráticas assumindo o papel de “poder moderador” dos conflitos políticos nos países onde as autoridades constituídas (Executivo, Legislativo e Judiciário) se manifestam incapazes de enfrentar o desafio do desenvolvimento humano, ou seja, quando os governantes eleitos não são capazes de aprimorar políticas públicas em favor da população.

Buscar o fortalecimento das instituições políticas democráticas e frear o comportamento tirânico dos militares em relação à política doméstica são condições *sine qua non* para a consolidação da democracia. Quando as instituições políticas não são frouxas e/ou fracas, os militares sempre guardem seus armamentos bélicos e assumem seu papel apolítico, isto é, de proteger as fronteiras e agir internamente para o restabelecimento da ordem apenas em casos especiais, como acontecem em democracias consolidadas.

4. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AUGEL, Johannes, et al. *Sorronda Revista de Estudos Guineense*. Bissau: INEP, 2002.
- AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. *Transição Democrática na Guiné Bissau*. Bissau: INEP, 1996.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 10.ed. Rio de Janeiro: Campos, 1992.
- _____. *O futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CARDOSO, Carlos (s/d). *Os desafios da transição política na Guiné Bissau*. Disponível em: <http://www.didinho.org>. Consultado em 12/03/2008
- CABRAL, Amílcar. *Arma da Teoria: unidade e luta*. In ANDRADE, Mário (org). Portugal: Seara Nova, 1975.
- CHAUI, Marilena de Sousa. *Convite à Filosofia*. 13.ed. São Paulo: Ática, 2004.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Entre a Lei e a Ordem: Violência e Reforma nas Polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 220 p.
- DAHL, Robert. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Zahar. 1989.
- HABERMAS, Jurgen. *Direito e a Democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- KOUDAWO, Fafali, MENDY, Peter Karibe. *Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso*. Bissau: INEP, 1996.
- FERREIRA, Mario; NUMERIANO, Roberto. *O Que é Golpe de Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1993. 68p.
- HUNTINGTON, Samuel p. *A Terceira Onda: a democratização no final no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- MOURA, Alexandrina Sobreira De. (Organizadora). *O Estado e as Políticas Públicas na Transição Democrática*. São Paulo: Vértice. 1989.
- MILL, John Stuart. *Considerações sobre o Governo Representativo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. (Orgs.). *Transições Do Regime Autoritário: sul da Europa*. São Paulo: Vértice. 1988.
- PRZEWORSKI, Adam (1989). *Como e Onde se Bloqueiam as Transições para a Democracia?* In: J. Á Moisés e J. A. G. Albuquerque (orgs). *Dilema da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RUDEBECK, Lars. *"Buscar A Felicidade": democratização na Guiné Bissau*, Lala Kema. Nº 1. Bissau: INEP, 1997.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social e Outros Escritos*. 16.ed. São Paulo: Cultrix, 1999. 236 p
- STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- SANTOS, Onefre Dos. *Um Sorriso Para a Democracia na Guiné-Bissau*. Lisboa: Artes Gráficas, 1996.
- TEIXEIRA, Ricardino (2007). *Militares e Civis na Guiné-bissau: amigos ou inimigos?* Disponível em: <http://www.didinho.org> . Consultado em 10/03/2008.
- VIEGAS, Catarina Gomes, et al. *Sorronda Revista de Estudos Guineense: numero especial 7 de Junho*. Bissau: INEP, 2000.
- WEFFORT, Francisco C. (organizador). *Os Clássicos da Política*. V1. 13.ed. São Paulo: Ática, 2003.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968.

ZAVERUCHA, Jorge. *Frágil Democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Polícia Civil de Pernambuco: o desafio da reforma*. Recife: Universidade da UFPE, 2004.

_____. *FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Rumores de Saberes: controle civil ou tutela militar?* São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Democracia e Instituições Políticas Brasileiras No final do Século XX*. (Org.). Recife: Bagaço, 1998.